

POLICIAMENTO NAS IMEDIAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS: UMA AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

POLICE IMMEDITATIONS OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF THE STATE OF GOIÁS: AN EVALUATION OF PERFORMANCE INDICATORS

CARMO, Carlos Henrique Avelar do¹
DRAGALZEW JUNIOR, Victor²

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar o policiamento externo realizado pela Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (APM/Alego) para saber se trouxe resultados positivos. Como referencial teórico foram utilizados autores como Armani, Ketll, Prado, Trojanowicz, Bucqueroux, dentre outros, apresentando o policiamento comunitário e o seu surgimento no Estado de Goiás, assim como as atribuições da APM/Alego e o trabalho realizado pelo Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis. Utilizou-se o método de pesquisa quantitativa, através da aplicação de questionário contendo 9 (nove) perguntas, para verificar a satisfação do público externo em relação a qualidade do serviço prestado. Um total de 36 (trinta e seis) pessoas responderam às perguntas do questionário. Os resultados parciais obtidos com a pesquisa apontaram o nível de satisfação dos pesquisados com o trabalho da APM/Alego. Também foi realizada uma entrevista com o Chefe da Assistência Militar para conhecer como funciona na prática o policiamento do Cinturão de Segurança. Chegou-se à conclusão que o trabalho da APM/Alego aumentou a sensação de segurança e reduziu os índices de criminalidade da área onde é aplicado.

Palavras-chaves: Policiamento comunitário. APM/Alego. Assistência Policial Militar. Cinturão de Segurança.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the external policing carried out by the Military Police Assistance of the Legislative Assembly of the State of Goiás (APM / Alego) to find out if it has produced positive results. As a theoretical reference, authors such as Armani, Ketll, Prado, Trojanowicz, Bucqueroux, among others, were used to present community policing and its emergence in the State of Goiás, as well as the attributions of APM / Alego and the work carried out by the Forest of Buritis. The quantitative research method was used, through the application of a questionnaire containing 9 (nine) questions, to verify the satisfaction of the external public in relation to the quality of the service provided. A total of 36 (thirty-six) people answered the questionnaire questions. The partial results obtained with the research indicated the level of satisfaction of the respondents with the work of APM / Alego. An interview was also held with the Chief of Military Assistance to know how the Security Belt

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, henriqueavelar@live.com; Goiânia – GO, julho de 2018.

² Professor orientador: Especialista em Direito Penal e graduado em Administração de Empresas, vikzew@gmail.com; Goiânia – GO, julho de 2018

policing works in practice. It was concluded that the work of the APM / Alego increased the sense of security and reduced the crime rates of the area where it is applied.

Keywords: Community policing. APM/Alego. Military Police Assistance. Safety Belt.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo científico visa fazer uma análise do policiamento externo realizado pela Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (APM/Alego) para saber se trouxe resultados positivos. Foi implantado neste quartel administrativo uma modalidade de policiamento que conta com a atuação de policiais militares focados no policiamento comunitário, visando enfrentar às ações delituosas por meio da prevenção, especificamente interagindo com os cidadãos para que todos possam colaborar no sentido de melhorar a qualidade de vida nas proximidades da Assembleia Legislativa, em atenção aos problemas ligados a segurança pública.

A escolha do tema a ser pesquisado justifica-se diante da necessidade de verificar se o policiamento realizado pelos policiais militares envolvidos no trabalho denominado “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis” reduziu os índices de criminalidade, e identificar se este tipo de policiamento ostensivo implantado pelo atual Chefe da APM/Alego, conseguiu aumentar a sensação de segurança pública e, por consequência, melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

A problemática incorporada nesse estudo busca determinar a importância do Policiamento Comunitário aplicado por uma unidade administrativa da PMGO, observando se está havendo um serviço policial militar que aproxime das pessoas, que coloca em prática os princípios de polícia comunitária para trazer maior sensação de segurança. Destarte, o problema pode ser representado pela seguinte questão: Por meio da avaliação dos indicadores de desempenho, é possível demonstrar a eficácia do trabalho desenvolvido pela Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás na área geográfica onde atua?

O objetivo geral deste trabalho é avaliar se após a institucionalização do “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis” houve a redução dos índices de criminalidade na região onde atua, para concluir se a forma de policiamento em comento é ou não viável. No intuito de alcançar tal finalidade foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Comparar os índices de criminalidade dos crimes contra o patrimônio no período de janeiro a abril de 2018 com o mesmo intervalo de tempo do ano de 2017 nos lugares onde é aplicado o policiamento em estudo; b) Analisar se houve aumento da sensação de segurança das pessoas da região do Bosque dos Buritis e proximidades.

Visando atingir os objetivos desse artigo foi utilizada a metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa, com a aplicação de questionário com perguntas fechadas para o público externo, especificamente para os moradores e trabalhadores da região do Bosque dos Buritis que participam do grupo de WhatsApp chamado “Cinturão de Segurança”, também foi preparada uma entrevista estruturada com o Chefe da Assistência Policial Militar da Alego.

No presente trabalho também foram realizadas consultas em doutrinas, artigos científicos e dissertações disponíveis na internet.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O termo policiamento comunitário, para Chak (2016) quer dizer “a comunidade a dirigir o trabalho policial”, isto é, policiar em parceria com a comunidade.

Os especialistas Trojanowicz e Bucqueroux (1994) conceituam com lucidez o policiamento comunitário como uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a sociedade, formando uma grande parceria entre a polícia e os membros da comunidade, baseada na premissa de que ambos devem trabalhar juntos com o objetivo de identificar e resolver conflitos inerentes à segurança da região, posto que este trabalho não é apenas dos profissionais de segurança pública, mas responsabilidade de todos.

O policiamento comunitário surgiu como solução ao fracasso do policiamento tradicional, tendo em vista que o policiamento tradicional minimiza os efeitos causados pelos problemas de segurança, mas não era eficiente para solucioná-los completamente. Entretanto, é importante destacar que o policiamento tradicional e o comunitário não se excluem, pelo contrário, se completam. À medida que no policiamento tradicional os policiais militares atuam para resolver um problema de segurança pública já existente, no policiamento comunitário a polícia opera de forma integrada com a comunidade, promovendo ações preventivas, para evitar que a ordem pública seja abalada e para impedir que transtornos já existentes se espalhem ou cresçam. O policiamento comunitário se diferencia das demais modalidades de policiamento, por envolver tanto os órgãos públicos quanto a sociedade civil nos assuntos pertinentes à segurança pública. (SENASP, 2009)

Policiamento comunitário nos dias de hoje é amplamente divulgado nos países economicamente desenvolvidos, uma vez que “a experiência tem demonstrado que o

policiamento comunitário é um caminho seguro para se reconstruir a confiança e credibilidade do público na polícia” (NEV/USP, 2009, p. 10).

Portanto, na tentativa de melhorar a imagem das instituições policiais foi adotado no Brasil o policiamento comunitário para lidar com a criminalidade (NEV/USP, 2009), permitindo a construção de uma relação positiva entre a polícia e o corpo social.

A polícia comunitária é considerada uma filosofia, dado que se trata de um novo modo de compreender e refletir a ação da polícia, além de ser também uma estratégia organizacional, porque consiste em colocar na prática aquilo que é idealizado para que seja possível resolver os problemas de criminalidade inerentes à comunidade. (FERNANDES, 2013)

A filosofia e estratégia organizacional da polícia comunitária desde a sua inauguração tinha a ideia de que as instituições estatais devem trabalhar em conjunto com a sociedade com foco nas causas dos problemas peculiares à segurança pública e não somente na repressão à criminalidade. Afinal, não há como fazer policiamento e prevenção do crime sem o apoio do público, dado que com o envolvimento e comprometimento dos cidadãos é possível “identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como: crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.” (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, p. 4)

O policiamento comunitário é definido como uma filosofia de policiamento que se aproxima da vontade do público que é atendido, em que o serviço prestado pelo policial é completo, atendendo não só os problemas de segurança pública, mas também os que tenham relação com a segurança da região. Especialmente porque a experiência demonstra que o trabalho policial envolve questões relacionadas ao ambiente do crime, como iluminação pública, imóveis abandonados, infraestrutura, etc., devendo as ações serem orientadas para a resolução desses problemas. (SENASP, 2009)

Além do envolvimento da comunidade é essencial buscar o apoio de outros órgãos públicos, como prefeituras e suas secretarias, hospitais, escolas, agências que fornecem serviços básicos de energia elétrica e saneamento, Ministério Público, entre outros, porque diversos problemas ligados a segurança dizem respeito a outras instituições. Assim sendo, o êxito do policiamento comunitário depende de articular os parceiros que podem resolver ou contribuir para a resolução de um problema da comunidade. (SENASP, 2009)

Porquanto, conforme se observa, no policiamento comunitário, exige-se que os policiais estejam atentos as questões que interferem na segurança e na qualidade de vida dos integrantes da comunidade, pois, o policiamento comunitário é uma forma de fazer a

segurança pública que requer do policial conhecimento das demandas dos moradores, bem como da realidade da área onde trabalha, para identificar os delitos e infratores contumazes, facilitando mapear os pontos vulneráveis para servirem de norte ao serviço preventivo de forma a possibilitar o uso racional dos recursos disponíveis, por exemplo, empregar o efetivo policial nos locais e horários de maior incidência criminal. Após saber as reivindicações da população, policiais militares e a sociedade civil, procuram, juntos, as melhores alternativas para resolver as adversidades, “isso porque as pessoas, no dia a dia, têm experiências, percepções e conhecimentos sobre as condições locais de segurança que podem auxiliar a ação da polícia a ser mais eficiente.” (SENASP, 2009, p. 22)

A missão do profissional de segurança pública é apresentar a Corporação Policial Militar à população de maneira respeitosa, mostrando compromisso com a sociedade, priorizando a defesa da cidadania e dos direitos humanos, estimulando a contribuição de todos, com a intenção de construir a credibilidade e a confiança na instituição que representa.

A polícia precisa do público para conseguir melhorar seu desempenho, e para isso é indispensável que as pessoas confiem na instituição, todos devem ter senso de responsabilidade coletiva em relação à segurança. (VOLTA, 2011)

Nesse contexto, explica Fernandes (2013), a filosofia e estratégia organizacional da polícia comunitária desde a sua inauguração tinha a ideia de que as instituições estatais devem trabalhar em conjunto com a sociedade com foco nas causas dos problemas relacionados à segurança pública e não somente na repressão à criminalidade.

Afinal, não há como fazer policiamento e prevenção do crime sem o apoio do público, a polícia deve trabalhar em sintonia com o povo, dado que o alicerce desta filosofia é a comunidade, com o envolvimento e comprometimento dos cidadãos é possível “identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como: crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.” (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, p. 4)

O policiamento comunitário possui quatro características: 1) relação de confiança: deve haver confiança mútua entre a polícia e a população, quando não existir, o primeiro passo será traçar estratégias para conquista-la, já que se a população não acreditar na eficiência do serviço policial, não haverá uma parceria; 2) descentralização da atividade policial: para o policial contribuir com a qualidade de vida da comunidade, ele precisa ter autonomia para tomar decisões nos procedimentos de segurança local; 3) ênfase nos serviços não emergenciais: no policiamento comunitário as ações são orientadas para a prevenção do crime com foco nas raízes dos conflitos. O corpo social tem um papel ativo na segurança pública e a polícia deve atuar além da mera repressão dos delitos. Como causa desse trabalho

integrado, haverá redução dos atendimentos emergenciais; e 4) ação integrada entre diferentes órgãos e atores: há problemas nos quais os recursos para resolvê-los fogem da alçada da polícia, devendo haver participação de outros setores públicos. (SENASP, 2009)

2.2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS

A Corporação Policial Militar Goiana foi fundada em 28 de julho de 1858, através da Resolução nº 13 que foi sancionada pelo então presidente da província de Goyaz, Dr. Januário da Gama Cerqueira. O quartel foi construído na Cidade de Goiás, no espaço onde atualmente encontra-se o 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás - 6º BPM. No decorrer de sua existência, a instituição sempre atuou e atua defendendo o cidadão e garantindo o exercício de seus direitos. (GOIÁS, 2016)

A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), órgão integrante do sistema de segurança pública estadual, para cumprir com a sua missão Constitucional de garantir a preservação e manutenção da ordem pública, deve adotar medidas integradas entre a comunidade e os policiais para reduzir os índices de violência e criminalidade. Importante frisar que o serviço de Polícia Comunitária deve ser prestado por policiais militares que possuem capacitação específica e conhecimento técnico para cumprir a missão de forma profissional, pois, estamos num tempo em que a sociedade exige preparo e a qualidade do serviço ofertado. (GOIÁS, 2017)

Durante os anos 1950 a 1960, o policiamento comunitário não era benquisto, prevalecia o pensamento de que a aproximação da polícia com a população precisava ser evitado, pois poderia resultar em corrupção (FERNANDES, 2013), esse pensamento afastava cada dia mais os cidadãos da polícia.

Ainda, segundo Costa (2004) ao longo da ditadura militar, a polícia estava diante de uma terrível situação, era vista como ferramenta de opressão do Estado, que atuava de forma autoritária e que não respeitava os cidadãos. Como resultado, gerou-se um grave problema social — o descrédito na polícia — as pessoas tinham medo dos policiais e não acreditavam nas leis do País.

Na tentativa de reverter essa situação, minimizando o afastamento entre a polícia e a comunidade, surgiu a ideia de implantar a filosofia de policiamento comunitário, um serviço policial que procura aproximar os policiais dos cidadãos para reforçar a relação entre eles, permitindo que as pessoas participem das atividades de Segurança Pública, tratando-se de uma reforma na segurança pública que tem “nome e cara bem definidos, com um

comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã.” (FERNANDES, 1994, p. 10)

Na década de 90, policiais militares da PMGO viajaram para os Estado do Espírito Santo e São Paulo para conhecerem e aprenderem sobre o tema. Mas, somente nos anos 2000, a polícia comunitária surgiu em Goiás como uma alternativa para o controle da criminalidade. Nessa época um pequeno número de policiais goianos, incluindo alguns oficiais, adquiriram formação específica neste método de fazer segurança pública e passaram a compor os quadros técnicos de multiplicadores da filosofia de se construir segurança pública com a colaboração dos diversos órgãos do Estado, onde cada um possa contribuir nas esferas de suas respectivas competências. (UNISUL, 2009)

Posteriormente, ainda no começo dos anos 2000, iniciou-se a capacitação de diversos policiais militares na filosofia da polícia comunitária, os quais visitaram a capital federal para participarem do curso de multiplicadores de polícia comunitária. (FERNANDES, 2013)

Já em 2003, a disciplina polícia comunitária passou a fazer parte das grades curriculares dos cursos de formação da PMGO, ao mesmo tempo, também se iniciava duas modalidades de cursos de polícia comunitária, sendo um no nível multiplicador e outro no nível promotor de polícia comunitária, o primeiro ministrado em duas semanas, ao passo que o segundo era lecionado em apenas uma semana. Esses cursos eram fornecidos aos diferentes segmentos, para policiais e bombeiros militares, policiais civis, bem como para as pessoas da sociedade. (FERNANDES, 2013)

Na atualidade, o policiamento comunitário continua sendo adotado, haja vista que a Corporação Policial Militar precisa do apoio e participação da sociedade para conseguir cumprir o seu papel constitucional. A ausência de auxílio do povo reflete negativamente no desempenho e na imagem institucional, sendo fundamental obter a confiança das pessoas, isto porque o cidadão que não acredita na polícia se abstém de fornecer informações importantes para a elucidação de infrações penais por receio de estar colocando em risco a própria vida. Deve-se conquistar a confiabilidade do povo, fazendo-o crer que ao contribuir com informações úteis sua identidade será preservada e os dados serão usados para localizar e punir criminosos. (NEV/USP, 2009)

2.3 ATRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS

A Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (APM/Alego) é prevista na Lei de organização básica da PMGO (GOIÁS, 1976) e encontra-se localizada no interior da Casa de Leis do povo goiano.

Atualmente, o edifício-sede da Alego fica no Palácio Alfredo Nasser (GOIAS, 2007), com endereço na Alameda dos Buritis, nº 231, Setor Oeste, Goiânia-GO.

O trabalho da APM/Alego consiste em satisfazer três funções: garantir a segurança externa do Palácio Alfredo Nasser, promover a segurança de dignitários ameaçados e ser o elo entre a PMGO e os parlamentares do Poder Legislativo.

Compete a Polícia Militar Goiana realizar a guarda e a segurança dos Poderes públicos do Estado (GOIAS, 1976), dentre os quais temos o Poder Legislativo que é exercido pela Assembleia Legislativa, composta por Deputados Estaduais. (GOIÁS, 1989)

A Assistência Militar tem um trabalho complementar à Polícia Legislativa, ao passo que os policiais militares cuidam da segurança externa do Parlamento através do policiamento ostensivo para garantir a proteção do edifício-sede e a integridade física de seus ocupantes, os agentes de polícia legislativa são responsáveis pelo policiamento no interior da Casa de Leis para garantir a segurança interna, bem como a segurança dos parlamentares.

Os policiais militares integrantes da APM/Alego e a Polícia Legislativa trabalham em parceria para assegurar que os atos públicos e manifestações na parte externa do Palácio Alfredo Nasser ocorram de forma pacífica. Se durante uma manifestação houver violação de direitos ou pessoas violentas que depredem o patrimônio público, a APM/Alego tem à disposição uma equipe antidistúrbios civis, treinada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de Goiás, para restabelecer a ordem pública. (GOIÁS, 2018)

Em relação a segunda atribuição, quando algum dignitário, deputado estadual, tiver à sua integridade física ameaçada, os policiais militares que pertencem ao efetivo da Assembleia são colocados à disposição deste parlamentar para garantir a sua proteção. (GOIÁS, 2018)

O parlamentar ao identificar que está correndo algum risco a sua integridade física, deve fundamentar o motivo e encaminha-lo solicitando a segurança para a Assistência Militar. Feito isso, o Chefe da APM/Alego designará um oficial para elaborar um parecer sobre o pedido do parlamentar, o qual, por meio de uma análise técnica, doutrinária, operacional e administrativa, fundamenta sobre a viabilidade da necessidade ou não de se disponibilizar policiais militares para realizar a segurança a esse dignitário, até que o risco cesse.

Quanto a terceira função da APM/Alego, embora não seja uma tarefa que faça parte das atribuições estritas da Assistência Militar, esta unidade administrativa presta auxílio

aos Deputados Estaduais nos projetos de leis que envolvem a Segurança Pública, assessorando na elaboração de legislação relacionada a questões de segurança pública. (GOIÁS, 2018)

2.4 CINTURÃO DE SEGURANÇA DO BOSQUE DOS BURITIS

Os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, bem como os frequentadores do Bosque dos Buritis e moradores da região, reclamavam constantemente ao chefe da APM/Alego e aos policiais militares lotados naquele quartel, sobre os crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos de veículos e furtos no interior dos automóveis estacionados que estavam acontecendo no Bosque dos Buritis e imediações.

Diante desse cenário, uma nova estratégia de resolução a esses problemas foi implementada em dezembro de 2016. Com base nos princípios da filosofia de polícia comunitária, foi instituído o “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis”, que tem por finalidade melhorar a segurança pública da área de atuação da APM/Alego.

Utilizando-se dos meios disponíveis daquela unidade administrativa, começou-se a desenvolver uma nova forma de policiamento ostensivo, por meio do emprego de viaturas e policiais militares devidamente capacitados para a missão. Também foi disponibilizado contato direto aos moradores e frequentadores da região, com os policiais militares, por meio de um disque-denúncia (GOIÁS, 2018), uma parceria entre a instituição policial e a comunidade, aproximando ainda mais os operadores de segurança das pessoas.

O mesmo policial militar que pertence ao corpo da Guarda da Assembleia Legislativa, além de recepcionar as pessoas e cuidar da segurança do Palácio Alfredo Nasser, passou a ter a sua disposição um smartphone com o software Whatsapp instalado, sendo responsável por responder as mensagens dos membros do grupo do Whatsapp denominado “Cinturão de Segurança”. O cidadão que precisar de ajuda basta enviar uma mensagem de texto no grupo do aplicativo que rapidamente um policial militar responderá a solicitação e providenciará a viatura para atendê-lo.

A equipe policial do “Cinturão de Segurança” realiza um trabalho complementar, tendo em vista que à área onde localiza-se o Bosque dos Buritis compreende os setores Oeste, Sul e Centro, sendo o primeiro setor pertencente a circunscrição do 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM) e os outros dois de responsabilidade do 38º BPM. Em situações em que a viatura do “Cinturão de Segurança” esteja indisponível, o profissional de segurança pública responsável por atender o cidadão, ao contrário de fazer uso desse argumento para negar a

prestação de serviço, acionará a viatura da Unidade Policial Militar (UPM) da área para atendê-lo.

Por meio desse atendimento, espera-se melhorar a prestação de serviço realizado pela Polícia Militar (PM), estreitar a proximidade dos policiais com a comunidade local, além de aumentar a confiança e o grau de satisfação dos utilizadores desse atendimento.

Esse policiamento ostensivo também realiza visitas comunitárias e palestras no intuito de conscientizar sobre a importância desse relacionamento entre policiais e cidadão, buscando otimizar as ações de segurança pública, através da participação de todos com informações sobre ilícitos, uma colaboração muito importante repassada aos policiais pelas vítimas, testemunhas e informantes.

Durante as visitas comunitárias os policiais militares passam orientações sobre procedimentos preventivos de ocorrências de crimes e acidentes para que a pessoa se preocupe com a sua segurança e não se torne uma vítima fácil, colhem informações sobre problemas e sugestões da comunidade, entregam panfletos divulgando o projeto Cinturão de Segurança no Bosque dos Buritis e disponibilizam o número do telefone funcional do disque-denúncias, isto porque a filosofia de polícia comunitária exige uma mudança comportamental, não só dos policiais militares, mas, principalmente da sociedade civil. Assim, a visita comunitária é uma excelente ferramenta para o *marketing* institucional, propicia o elo de amizade e confiança recíproca entre a polícia e comunidade através dos reiterados contatos diretos. (GOIÁS, 2017)

A Polícia Militar não deve trabalhar sozinha, é indispensável que haja uma excelente relação entre policiais e sociedade para que o sistema de segurança pública seja eficiente, devendo haver entre eles uma troca de informações com um fim único de garantir a segurança das pessoas. Destarte, o policial deve tratar o morador do bairro como aliado, cada cidadão deve conhecer o policiamento realizado na região onde reside e ter consciência da sua responsabilidade na prevenção de delitos, contribuir com a identificação e até mesmo a prisão de infratores da lei, mantendo-se vigilante para acionar a PM quando necessário, protegendo desta forma não só o seu patrimônio e a sua integridade física, mas toda a vizinhança.

2.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

O indicador de desempenho é usado para a apuração de resultados (serviços esperados de um processo) e a supervisão das atividades objetivando alcançar os objetivos e metas, é uma ferramenta de gestão que possibilita medir o desempenho da Polícia Militar para

verificar se o projeto satisfaz ou não as expectativas da sociedade e/ou da instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço entregue ao cidadão. (SILVA, 2004)

“Ao passo que um **OBJETIVO** é uma descrição clara de algo que se pretende alcançar ou obter, uma **META** é um desafio auto imposto, em termos de prazo e quantidade ou qualidade, com vistas a alcançar o OBJETIVO proposto.” (SÃO PAULO, 2017)

Segundo Kettl (1999) a segurança pública tem como meta a redução da criminalidade, quando comparada ao ano antecedente.

Ainda, de acordo Silva (2004) para poder controlar a qualidade do serviço prestado, uma instituição deve avaliar e verificar seus processos, pois, é através do controle de desempenho que a organização poderá corrigir os rumos para alcançar os objetivos e metas. Afinal, os indicadores oferecem evidências tangíveis de desenvolvimento das atividades, permitindo demonstrar mudanças na realidade social. (ARMANI, 2003)

Compartilhando do mesmo pensamento, Durante e Borges (2011), diz que a avaliação do desempenho permite ao gestor ter ciência dos resultados e impactos das ações da instituição, o que possibilita examinar os resultados alcançados e alterar a direção de suas ações quando for necessário. Pois bem, é por meio dessa avaliação que o resultado do trabalho é conhecido para saber o que deu certo e o que não funciona, através dela que se verifica a eficiência do serviço. (PEREIRA, 2009)

Durante e Borges (2011) explica que os indicadores de desempenho são úteis para qualificar as instituições de segurança pública e fornecer um domínio dos resultados do seu desempenho, possibilitando adotar medidas corretivas para melhorar a produtividade. Além de ser importante para a administração pública, os indicadores também são relevantes para a sociedade, pois oportuniza a fiscalização do aparelho estatal.

Destarte, para falar de indicadores deve-se ter uma conotação de valores, seja positiva ou negativa, que será o *status quo* na aferição do resultado de um serviço (PRADO, 2015), que nesse estudo, trata-se do policiamento externo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás realizado pela APM/Alego. Para identificar os indicadores que possam nortear o policiamento, Ávila (2003) adverte que:

A identificação de indicadores — que pode muito bem consistir num processo de elaboração — deve acontecer antes das ações, que são os pré-indicadores; durante o processo, que são indicadores de eficiência e de eficácia; e após estas ações são os indicadores de impacto. (ÁVILA, 2003)

Portanto, três características precisam ser observadas pelos gestores, a primeira é a avaliação antes das ações — que consiste no porquê os profissionais de segurança pública

devem policiar determinado local; já na segunda fase, durante o procedimento, processam-se duas subdivisões: os indicadores de eficiência e os indicadores de eficácia, o primeiro deve abarcar o uso racional e otimizado dos recursos empregados durante a atividade, ao passo que o último busca analisar se o objetivo pretendido será alcançado no decorrer do policiamento. Já os indicadores de impacto dizem respeito aos efeitos sociais gerados pelo serviço prestado aos clientes. (PRADO, 2015)

“O indicador de desempenho é um número, porcentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho com a finalidade de comparar essa medida com metas preestabelecidas.” (SÃO PAULO, 2017). O desempenho da PM pode ser avaliado em dois planos: a avaliação de produção e a avaliação de resultado, sendo que a primeira possui fatores que não sofrem influência externa, ao passo que na segunda os indicadores de índice de criminalidade sofrem influência de outros órgãos, por exemplo, ausência de iluminação no ambiente, não sendo possível determinar se a redução do índice ocorreu em virtude da atuação direta da polícia. (PEREIRA, 2009)

Beato Filho (2001) ensina que o não acontecimento de delitos está entre os melhores indicadores para apontar que uma técnica de policiamento deu certo. Neste prisma, afirma Silva (2004) que o desempenho do policiamento comunitário não deve ser analisado com foco diretamente nas ações repressivas, como prisão de pessoas e apreensão de armas, e sim na prevenção, porque o que realmente é importante é a ausência de crimes, é isto que aumenta a sensação de segurança entre os cidadãos.

Assim sendo, nesse trabalho para avaliar o desempenho do policiamento externo do Palácio Alfredo Nasser realizado pela APM/Alego serão utilizados os indicadores de resultados, que dizem respeito as metas de redução de criminalidade, que apontam os crimes contra o patrimônio, por serem os delitos mais praticados na região do Bosque dos Buritis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente artigo científico buscou-se estudar a relevância do policiamento externo ao Palácio Alfredo Nasser executado pelos policiais militares da APM/Alego, analisando se houve aumento da sensação de segurança dos moradores da região do Bosque dos Buritis e a redução dos indicadores de criminalidade relativos aos crimes contra o patrimônio, considerando-se o período após a institucionalização do Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis, analisando os dados estatísticos de janeiro a abril de 2017 e comparando com igual período de 2018.

Para alcançar os objetivos deste trabalho optou-se pela utilização de revisão de literatura em doutrinas, artigos científicos e dissertações disponíveis na rede mundial de computadores. Foi realizada consulta documental, bem como foram utilizados os métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa.

Para o trabalho de campo, foi elaborado um questionário formado por 09 (nove) perguntas fechadas endereçadas a todos os integrantes do grupo do WhatsApp chamado “Cinturão de Segurança”, o qual foi aplicado por meio do aplicativo WhatsApp, sendo o link do questionário entregue via mensagem aos participantes. O grupo do “Cinturão de Segurança” possui 60 (sessenta) membros, todos eles receberam o link com as perguntas, mas, apenas 36 (trinta e seis) pessoas responderam à pesquisa. Esse grupo do WhatsApp foi escolhido para ser a população da pesquisa, por ser composto de servidores da Alego, moradores e trabalhadores da região do Bosque dos Buritis, além disso, os membros do grupo são quem mais usam e acompanham o serviço da APM/Alego, dado que a equipe do “Cinturão de Segurança” não atende ocorrências do 190, ficando direcionada ao policiamento da Alego e arredores, dessa forma, os policiais militares normalmente são acionados através do WhatsApp. O questionário está organizado da seguinte forma: as dúvidas números 1 e 2 visam verificar a satisfação do público externo; as perguntas 3 a 7 procuram sondar a relação da PM com comunidade, e a confiança depositada no serviço realizado. Já as questões 8 e 9 destinam-se a identificar o perfil do respondente.

Ainda no trabalho de campo, foi realizada visita ao Palácio Alfredo Nasser para conhecer as instalações da APM/Alego. O autor deste trabalho foi incluído no grupo de WhatsApp “Cinturão de Segurança” para acompanhar pessoalmente o serviço prestado pelos policiais militares da Alego às pessoas da região do Bosque dos Buritis.

No intuito de entender a realidade da APM/Alego, foi realizada uma entrevista estruturada com o Comandante da unidade, a qual possui perguntas que foram previamente formuladas. O referido Oficial da Polícia Militar foi selecionado para a entrevista em razão da importância da função que ocupa, por possuir familiaridade com o assunto pesquisado, e por ser o idealizador do Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis.

A entrevista foi agendada via telefone funcional e realizada no local de trabalho do entrevistado, o contato do Chefe da Assistência Militar da Alego foi encontrado na relação de unidades administrativas e operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás (Articulação), disponível no website da PMGO.

As respostas obtidas foram anotadas e analisadas dentro do contexto da pesquisa. Posteriormente, apurou-se os dados estatísticos referentes aos indicadores de desempenho adquirida através do Observatório de Segurança Pública.

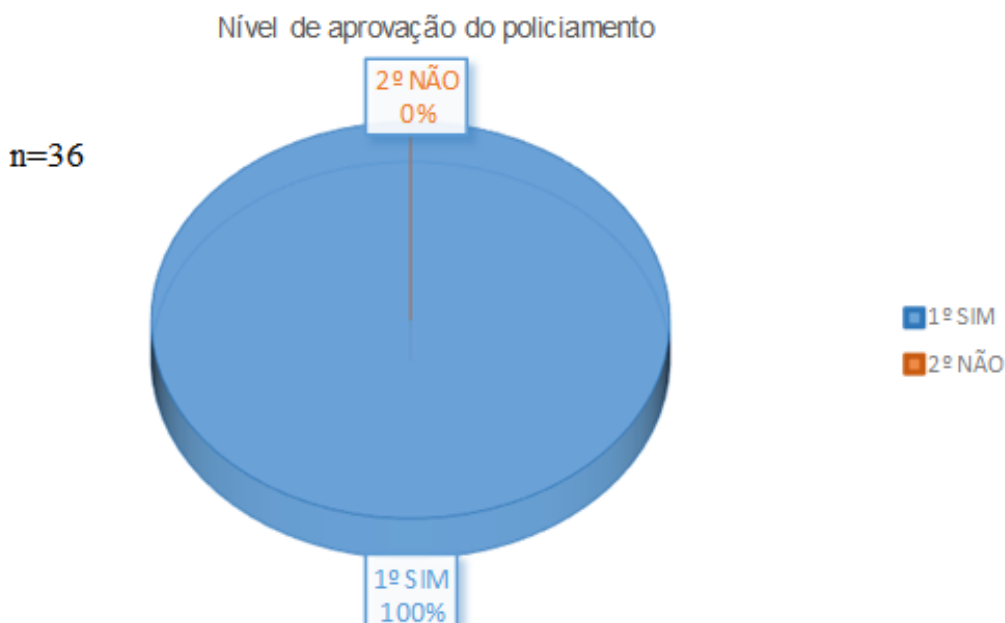
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta de dados obtida por meio das respostas do questionário enviado a todos os 60 (sessenta) membros do grupo do WhatsApp “Cinturão de Segurança”, dos quais 36 (trinta e seis) responderam e 24 (vinte e quatro) optaram por não responder. Os resultados da pesquisa foram organizados em dois grupos: aprovação do público externo com o serviço prestado pela APM/Alego e o envolvimento da comunidade com a segurança pública, demonstrando a confiança do público externo neste serviço. Além disso, também foi realizada uma entrevista com o Chefe da APM/Alego.

4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Perguntas 1 e 2 – O que se pretende com estas questões é verificar o nível de aprovação do serviço oferecido pelos policiais militares da APM/Alego, especificamente quanto à sensação de segurança e a satisfação da população com o trabalho realizado. As perguntas números 1 e 2 tiveram respostas idênticas e podem ser representadas pelo mesmo gráfico abaixo:

Gráfico 1: Nível de aprovação das pessoas do grupo do WhatsApp “Cinturão de Segurança” com o serviço prestado pela APM/Alego



Fonte: O Autor (2018)

O primeiro gráfico indica que todos os respondentes afirmaram que estão satisfeitos com o serviço prestado, além disso, todos declararam que estão mais seguros após

o início do policiamento realizado pela APM/Alego na região do Bosque dos Buritis. Esta aprovação absoluta por parte dos respondentes confirma os estudos do NEV/USP (2009), a qual verificou o policiamento comunitário é a via correta para melhorar a imagem da Polícia Militar e reestabelecer a confiança do público na instituição.

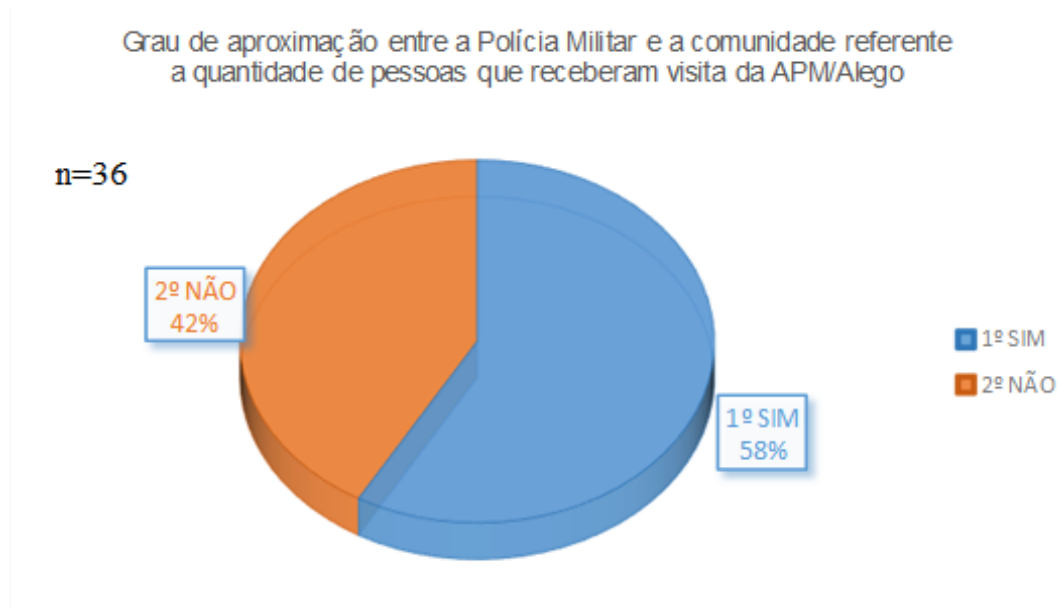
Perguntas 3 a 5 – Estas questões procuram observar o relacionamento da APM/Alego com a comunidade, bem como a confiança que as pessoas depositam no serviço realizado. Os gráficos 2 e 3 representam a parceria entre a Polícia Militar e os cidadãos, sendo que o número 2 aponta a percepção das pessoas em relação a aproximação com a PMGO, e o número 3 refere-se à aproximação com aqueles que já receberam visitas comunitárias ou solidárias da APM/Alego. Já o gráfico 4 aponta o nível de contribuição da comunidade com o trabalho policial.

Gráfico 2: Grau de aproximação entre a Polícia Militar e a população



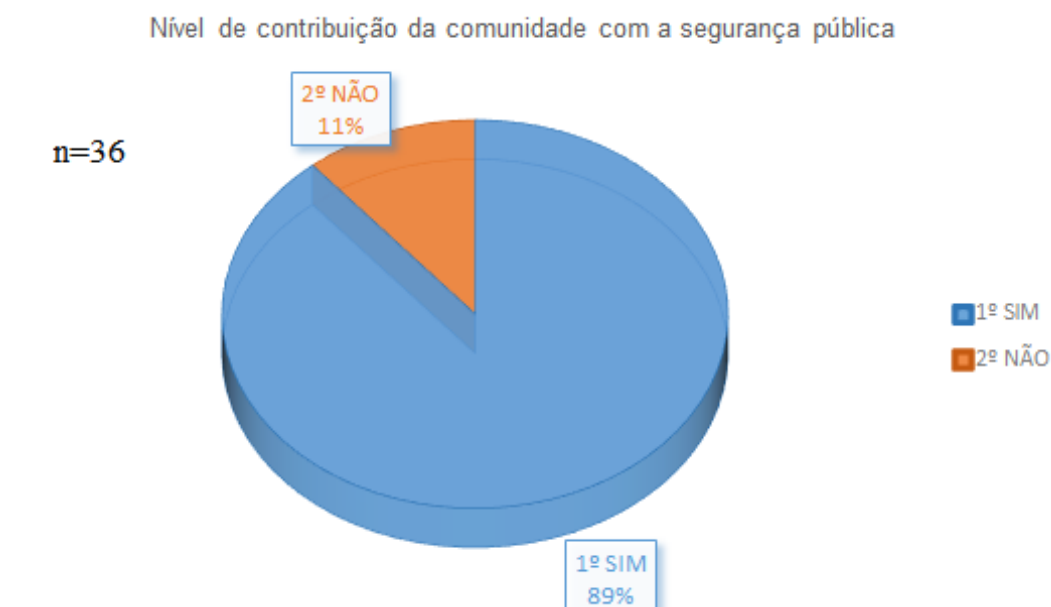
Fonte: O Autor (2018)

Das 36 (trinta e seis) pessoas que responderam ao questionário referente ao gráfico 2, 32 (trinta e duas) ou 89% entendem que há uma aproximação entre o corpo social e os policias militares para discutirem sobre os assuntos que envolvem a segurança pública, ao passo que 04 (quatro) ou 11% percebem que não há proximidade entre as partes. Isso revela que os policiais militares da APM/Alego estão cumprindo a missão do profissional de segurança pública, que de acordo com Volta (2011) é mostrar compromisso com a comunidade, estimulando a participação de todos na construção da segurança pública.

Gráfico 3: Grau de aproximação entre a Polícia Militar e os cidadãos

Fonte: O Autor (2018)

Dos 36 (trinta e seis) respondentes apenas 21 (vinte e um) receberam visitas comunitária ou solidária da APM/Alego, enquanto 15 (quinze) pessoas alegam que nunca receberam uma visita, o que é um número razoável tendo em vista que há apenas uma viatura para realizar o policiamento do Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis e redondezas.

Gráfico 4: Nível de participação da sociedade na construção da segurança pública

Fonte: O Autor (2018)

Os integrantes do grupo do WhatsApp chamado “Cinturão de Segurança” ao serem questionados se contribuem com a segurança pública, fazendo denúncias, prestando informações e colaborando na resolução de problemas da região do Bosque dos Buritis e

imediações, 32 (trinta e dois) expressaram que contribuem de alguma forma para a melhora de vida da comunidade, enquanto 04 (quatro) não contribuem.

Esses dados demonstram que há uma boa relação entre a polícia e a população e que as pessoas confiam e acreditam na eficiência do serviço policial, assim, a APM/Alego está atingido o objetivo para o qual a filosofia do policiamento comunitário foi criada, que segundo Fernandes (1994) é permitir que as pessoas participem das atividades de segurança pública.

4.2 ENTREVISTA COM O CHEFE DA APM/ALEGO

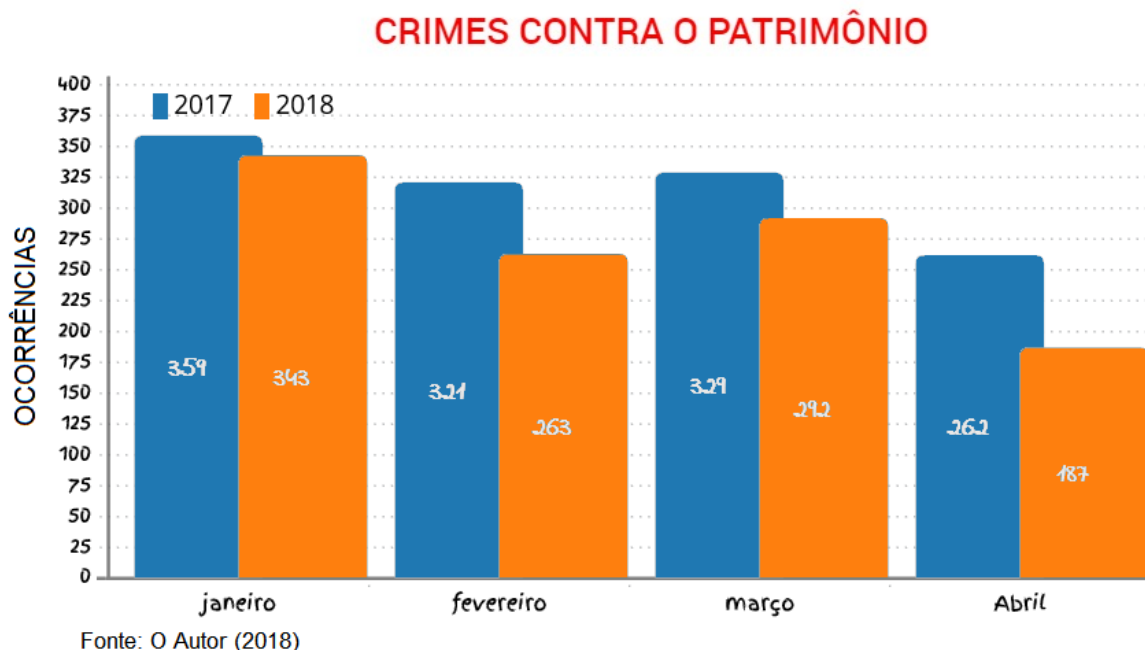
Em entrevista realizada com o Chefe da Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, soube-se que o efetivo da APM/Alego é de 29 (vinte e nove) policiais militares, sendo que 10 (dez) deles estão envolvidos no policiamento do “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis”, 05 (cinco) são oficiais, enquanto 08 (oito) participam da segurança de dignitários (parlamentares), quando um Deputado Estadual solicita a proteção devido a algum risco que possa estar ocorrendo, quanto ao restante do efetivo sempre há 2 (dois) de férias, 01 (um) a 02 (dois) de licença, e um ou outro de atestado médico.

Na guarda da Assembleia ficam 03 (três) policiais militares, sendo que o comandante do Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis fica com o smartphone com aplicativo WhatsApp instalado para providenciar o atendimento das demandas do grupo “Cinturão de Segurança”. Realizada a solicitação pelo membro do grupo, há uma viatura da APM/Alego para atender a ocorrência, na ausência da equipe o comandante da guarda aciona uma viatura do Batalhão de Polícia Militar responsável pelo local.

Questionado quanto ao compromisso da população com solução de problemas que envolvem a segurança pública, o entrevistado informou que contribuem, mas não são todos, apenas as pessoas mais ativas, geralmente quem trabalha no Centro Livre de Artes, fazem croquis, mandam fotos de pessoas em atitude suspeita.

4.3 DADOS DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gráfico: Crimes contra o patrimônio registrados na área geográfica de atuação da APM/Alego.



Houve redução de 15% dos crimes contra o patrimônio nos meses de janeiro a abril de 2018, em comparação com o ano de 2017. Nos quatro meses analisados em 2017, foram registrados 1.271 (mil duzentos e setenta e um) crimes contra o patrimônio, enquanto no mesmo intervalo de tempo do ano de 2018 o número reduziu para 1.084 (mil e oitenta e quatro) delitos.

Durante o acompanhamento do grupo do WhatsApp chamado “Cinturão de Segurança” foi observado que os membros do grupo contribuem com a segurança da região fornecendo informações sobre delitos e indivíduos em atitude suspeita, para que a Polícia Militar atue antes que o crime aconteça. Os policiais militares rapidamente respondem as mensagens dos participantes, em no máximo 03 (três) minutos, e na sequência a viatura da APM/Alego é acionada para atender a ocorrência. Feita a prestação do serviço, os agentes de segurança pública dão um retorno ao cidadão solicitante, oferecendo um *feedback* sobre o desfecho do caso através do grupo do WhatsApp para que todos possam saber a respeito da resolução da ocorrência. As pessoas, após terem ciência da resposta da Polícia Militar, agradecem e elogiam o policiamento, conforme pode ser observado nas fotos disponibilizadas no anexo 1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas as atribuições da Assistência Policial Militar na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, chegando-se a conclusão de que os policiais militares da

APM/Alego diante das diversas denúncias dos frequentadores do Bosque dos Buritis, perceberam que poderiam fazer algo a mais para os clientes da Polícia Militar. Mediante a institucionalização do “Cinturão de Segurança”, passaram a oferecer para a população mais do que se espera de um quartel administrativo, aquilo que podemos chamar de *overdelivery* (a arte de ir além das expectativas do cliente), uma excelente ideia de *marketing* que foi capaz de melhorar a imagem da PMGO na região onde foi colocado em prática o exercício da atividade fim pelo pessoal administrativo da PM.

No decorrer da pesquisa sobre o tema, pode-se perceber que após a atuação da APM/Alego houve redução dos crimes contra o patrimônio e aumento da sensação de segurança das pessoas na região do Bosque dos Buritis e arredores, conforme observa-se na análise dos resultados da pesquisa através dos indicadores de desempenho fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública, nos gráficos e no anexo 1 que constam as fotos de algumas mensagens enviadas pelo WhatsApp no grupo do “Cinturão de Segurança” e no privado do administrador do grupo.

Assim, nota-se a viabilidade e a necessidade das unidades administrativas da Polícia Militar disponibilizarem uma equipe para o policiamento ostensivo em parceria com a comunidade, dado o grande fluxo de pessoas que frequentam os órgãos públicos protegidos pela PMGO, evitando que o cidadão ao solicitar ajuda de um profissional de segurança pública que se encontre na guarda de uma instituição pública receba respostas como “não posso me ausentar do prédio para atender ocorrências” e/ou “ligue no número 190”, atitudes que podem influenciar pensamentos negativos a respeito dos policiais que trabalham internamente, refletindo na imagem da instituição.

Não se pretende com esse artigo esgotar o tema que é amplo e relevante para o aumento da confiança das pessoas na PMGO, entretanto, almeja-se que o presente estudo possa servir de base para posteriores estudos sobre a viabilidade de uma unidade administrativa oferecer policiamento ostensivo com o emprego de viaturas. Diante da falta de maiores dados sobre a quantidade de registros proativos realizado pela viatura do Cinturão de Segurança, como quantitativo de apreensões de drogas, recuperação de veículos e foragidos recapturados, recomenda-se para os futuros trabalhos que esses dados sejam analisados.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

ÁVILA, Paulo de Farias. **Indicadores de Desempenho nas ações de polícia preventiva**. Editora Individual. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Coleção polícia amanhã. Textos fundamentais de polícia 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001, V.2.

CHAK, Wong Sio. A Filosofia e Modelo de Policiamento Comunitário – Concretização e Percepção por parte da PJ. **Revista Opinião**, 2013. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_07.pdf> Acesso em: 20 jul. 2018.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova Yoyar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Dorian. **Avaliação e desempenho em segurança pública**. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Indicadores de Desempenho em Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

FERNANDES, Júlio Cesar Motta; REIS JÚNIOR, José dos. **O policiamento comunitário como instrumento de apoio a análise criminal**. Goiânia: Conjuntura econômica goiana, 2013.

GOIÂNIA, **Decreto nº 2.834**, de 30 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2001/decreto28342001.pdf> Acesso em: 27 jul. 2018.

GOIÁS, Assembleia Legislativa do Estado de. Jornal Alego: **Assistência Militar na Alego**. Goiânia, abril de 2018. Disponível em: <https://publicacoes.al.go.leg.br/jornal-alego/2018/04/Jornal_Abr_2018.pdf> Acesso em: 17 set. 2018.

GOIÁS, **Constituição do Estado de Goiás**, 05 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm> Acesso em: 19 set. 2018.

_____, **Lei Estadual n. 8125** de 18 de junho de 1976. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm> Acesso em: 19 set. 2018.

GOIÁS, Polícia Militar do Estado de. **Policiamento Comunitário**. Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiânia, 2017.

_____, Polícia Militar do Estado de. **Planejamento Estratégico da Polícia Militar**: 2016 a 2022. Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiânia, 2016.

KETTL, D. f. **A revolução global**: reforma da administração do setor público. In Reforma do Estado e administração pública gerencial. Org Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink; Trad. Carolina Andrade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma de administração do setor público. In PEREIRA, Luis Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editor FGV, 1998.

NEV/USP. NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de policiamento comunitário**: polícia e comunidade na construção da segurança. São Paulo: NEV/USP, 2009.

PRADO, Victor Lúcio do. **Indicadores de desempenho que avaliam o produto que a polícia militar de Mato Grosso oferece ao cidadão por meio do policiamento ciclístico**. Mato Grosso: RHM, Vol. 14, 2015

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Polícia Comunitária — Módulo 1**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2008.

Disponível em:

<http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/PoliciaComunitaria_completo.pdf> Acesso em: 21 jul. 2018.

SILVA, Armando Leonardo Linhares de Araujo Ferreira da. **A avaliação de resultados das ações preventivas de polícia comunitária**: reflexões a respeito de um modelo. Monografia apresentada na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

VOLTA, Zeliomar Almeida. **Plano de Implantação das Bases Comunitárias de Segurança**. Secretaria de Segurança Pública. Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.progesp.ufba.br/wp-content/uploads/2016/07/Dissertação-Final-César-de-Sá-Pacheco-2016.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2018.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário**: como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

- 1) Qual o efetivo da Assistência Policial Militar da Alego?
- 2) Quantos policiais militares trabalham no “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis”?
- 3) A população tem compromisso com a solução de problemas que envolvem a segurança pública?
- 4) Após a implantação da base comunitária móvel, percebeu se houve aumento da sensação de segurança dos moradores?

Questionário aplicado aos integrantes do grupo de WhatsApp “Cinturão de Segurança”

- 1) Você está satisfeito(a) quanto ao serviço prestado pelos policiais militares envolvidos no trabalho chamado “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis”?
☐ Sim
☐ Não
☐ Não conhece o trabalho

- 2) Você se sente mais seguro(a) após a Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa de Goiás realizar o trabalho chamado “Cinturão de Segurança do Bosque dos Buritis”?
☐ Sim
☐ Não
☐ Não conhece o trabalho

- 3) Atualmente existe aproximação entre a Polícia Militar e os cidadãos na discussão dos problemas que envolvem a segurança pública?
☐ Sim
☐ Não

- 4) Já recebeu visita comunitária ou solidária dos policiais militares da Assistência Militar da Assembleia Legislativa de Goiás?
☐ Sim
☐ Não

- 5) Você contribui com a segurança pública, quanto a denúncia, informações e colaboração na resolução de problemas da região do Bosque dos Buritis e imediações?
☐ Sim
☐ Não

- 6) Na sua opinião, é necessária a contribuição da sociedade a fim de melhorar a segurança pública?
☐ Sim

() Não

7) Já participou de alguma reunião comunitária promovida pela Assistência Policial Militar da Assembleia Legislativa de Goiás?

() Sim

() Não

8) Qual seu nível educacional?

() Pós-graduado

() Superior completo

() Superior incompleto

() Médio completo

() Médio incompleto

() Fundamental

9) Qual a sua faixa etária?

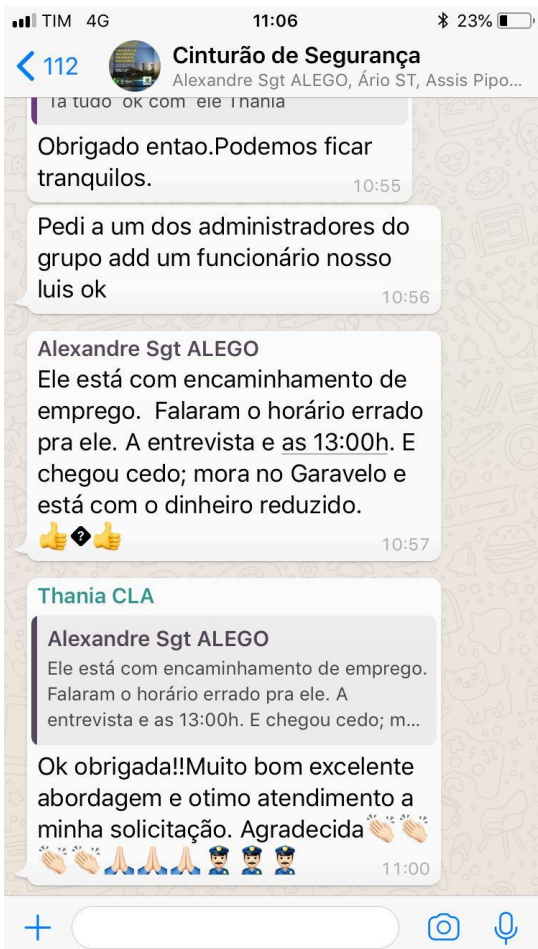
() Entre 18 e 24 anos

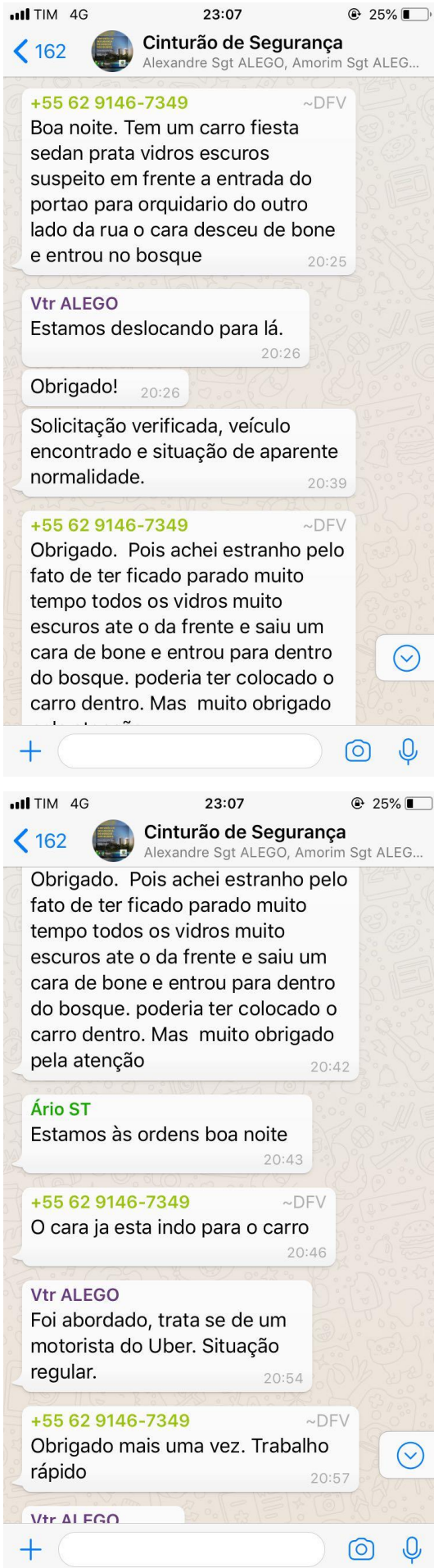
() Entre 25 e 30 anos

() Entre 31 e 37 anos

() Entre 38 e 44 anos

() Acima de 44 anos







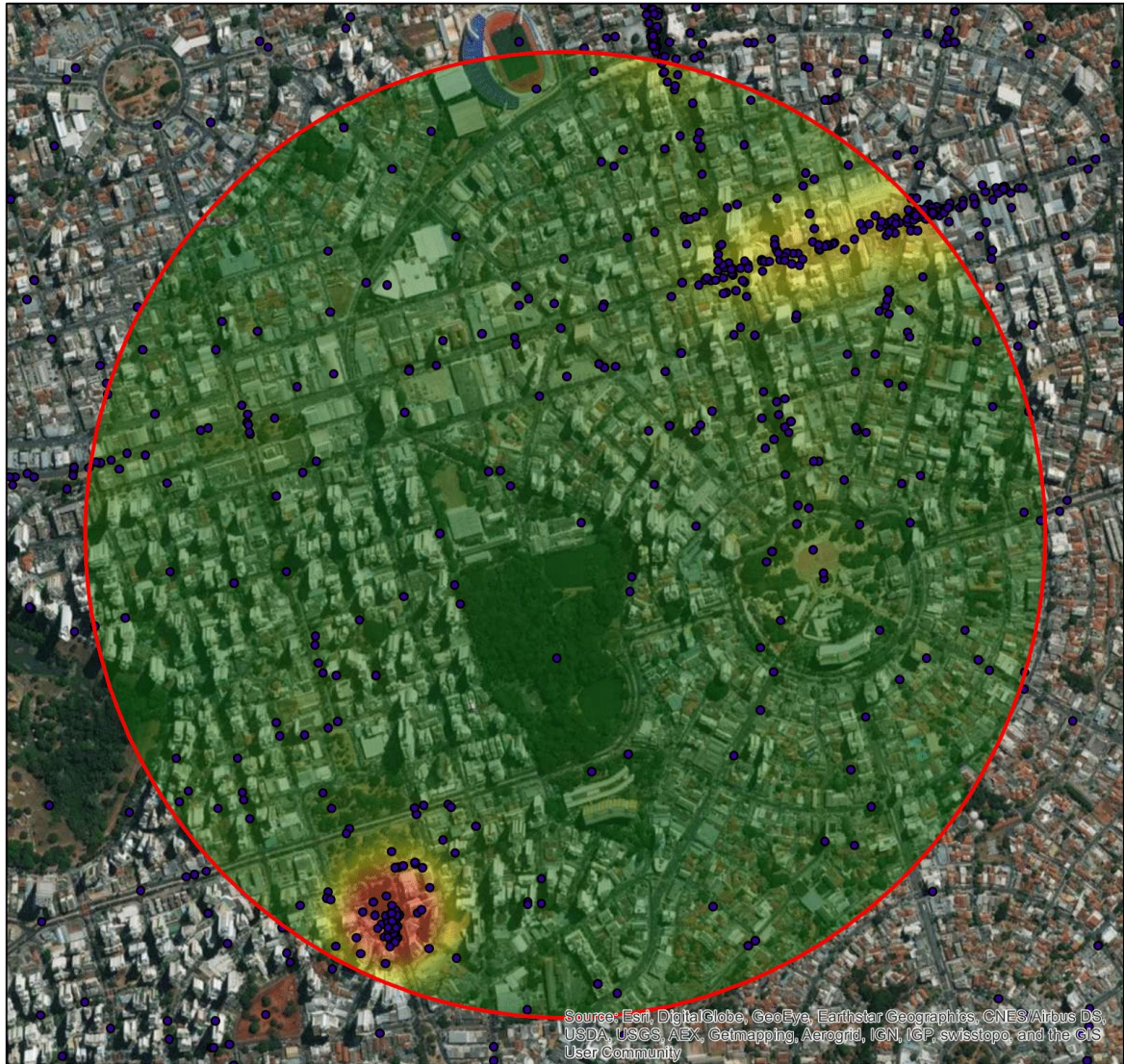
ANEXO 2 – DADOS DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA



Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Janeiro 2017



1 Centímetro = 120 Metros

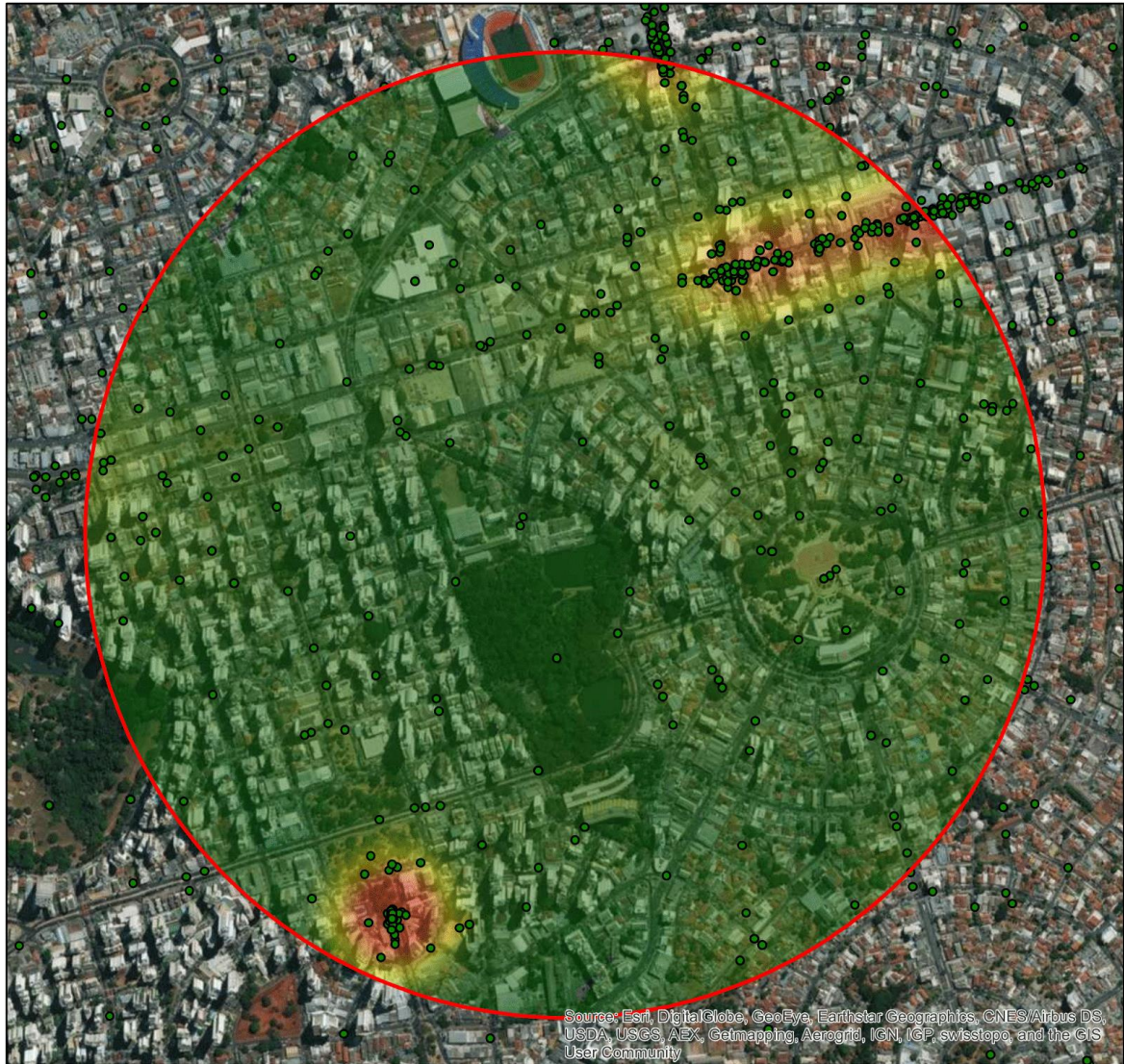




Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Fevereiro 2017



1 Centímetro = 120 Metros





Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Março 2017



1 Centímetro = 120 Metros





Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Abril 2017



1 Centímetro = 120 Metros





Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Janeiro 2018



1 Centímetro = 120 Metros





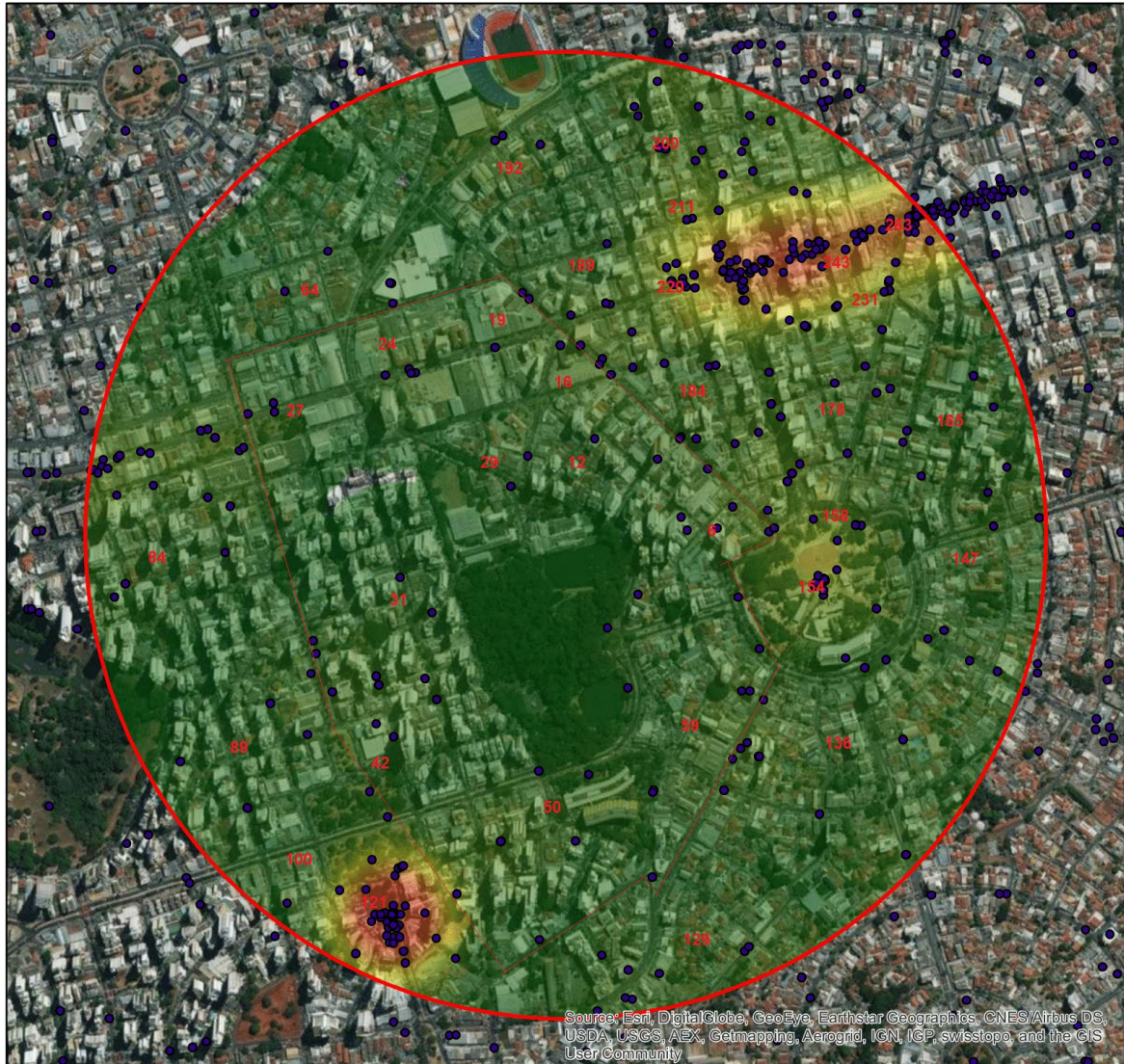
Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Fevereiro 2018

263 crimes contra
o patrimônio

59 a duas quadras



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Geomapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

1 Centímetro = 120 Metros

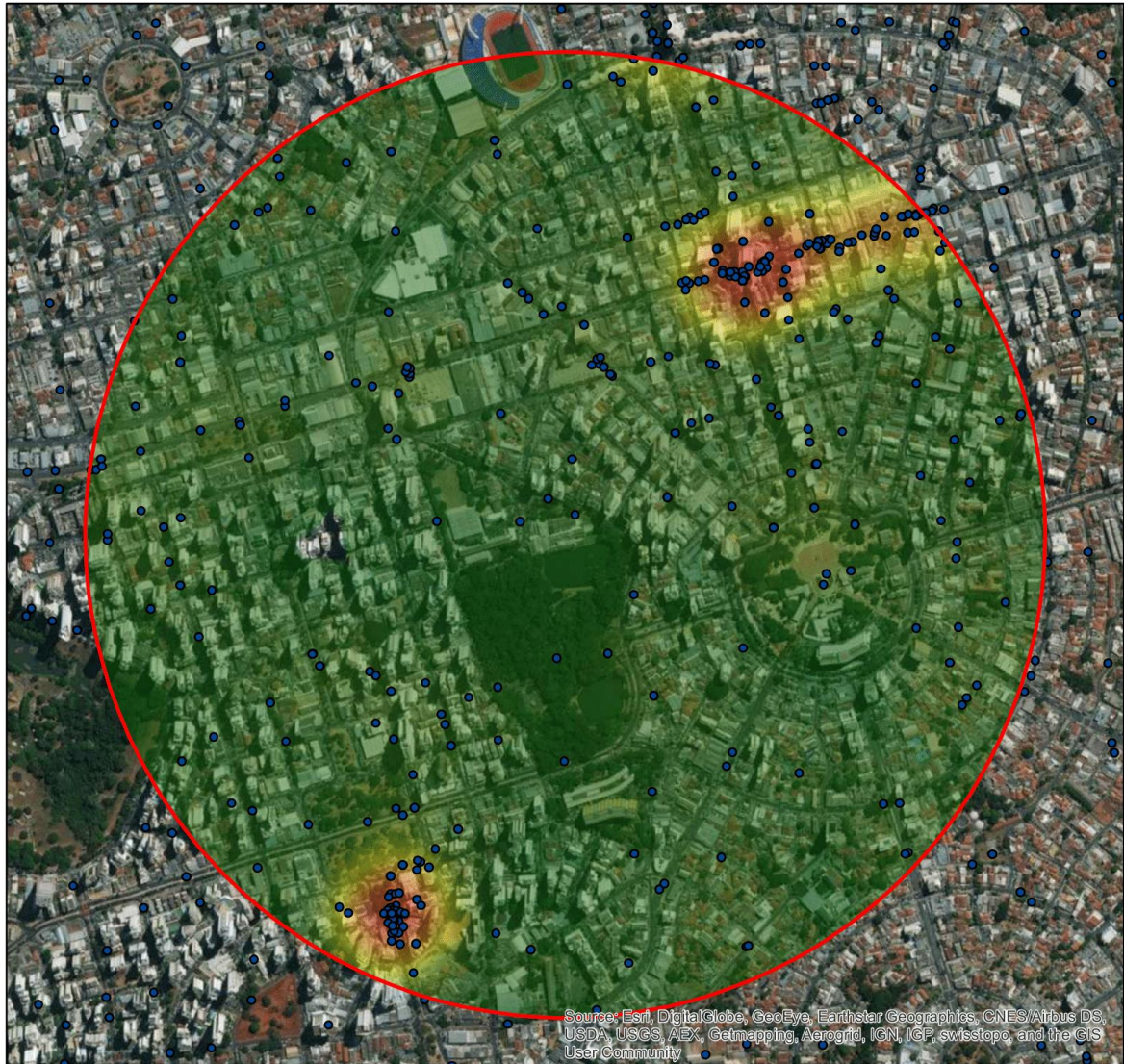




Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Março 2018



1 Centímetro = 120 Metros





Secretaria da Segurança Pública
Gerência do Observatório da Segurança Pública
Coordenação de Geoprocessamento

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Crimes Contra o Patrimônio - Abril 2018

187 Crimes contra
o patrimônio

31 a duas
quadras



1 Centímetro = 120 Metros

